



## **Análise da cobertura dos danos do rompimento da barragem em Mariana feita pela *Revista Veja* através do pensamento jornalístico ambiental<sup>1</sup>**

Simão Farias Almeida<sup>2</sup>

**Resumo:** A compilação de depoimentos de profissionais das redações e das universidades na revista do VI Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental (CBJA) é uma das iniciativas necessárias ao diálogo entre esses dois campos de atuação. Partindo da ideia de que eles são pensadores ambientais, conforme discussões de Enrique Leff (2008), analisaremos se reportagem da **Revista Veja** sobre a tragédia do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana (MG), publicada após o evento, cumpre os propósitos enumerados pelos jornalistas, professores e pesquisadores como o caráter interpretativo-investigativo e a valorização dos aspectos ecológicos ou sobrepõem o apelo afetivo das fontes e o viés econômico, discutidos pelos críticos brasileiros Luiz Beltrão (1976), Wilson Bueno (2008), Muniz Sodré (2009) e Wilson Gomes (2009).

**Palavras-chave:** Pensamento jornalístico. Jornalismo Ambiental. Jornalismo interpretativo-investigativo. Factual. Sensacionalista.

### **1. Pensamento e Jornalismo Ambiental**

O pensamento ambiental não é exclusividade dos ecologistas e cientistas (LEFF, 2008, p. 229). Ele pode ser mediado por jornalistas, educadores, artistas, cidadãos e suas vozes que também compõem a racionalidade ecológica. O pensamento jornalístico ambiental no Brasil, ainda está para ser amplamente compilado, daí o interesse deste artigo em contribuir com o debate tomando como base a análise dos discursos de jornalistas e pesquisadores convidados a proferir palestras no VI Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental (CBJA), realizado em 2015 na cidade de São Paulo, cujos textos foram publicados na revista do evento.

A reunião de perfis biográficos de jornalistas pensadores do meio ambiente e de seus temas caros como sustentabilidade e cidadania pode ser feita a exemplo da proposta de José Marques de Melo (2003) com o pensamento comunicacional brasileiro, a fim de legitimar o

---

<sup>1</sup> Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa “Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia” da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

<sup>2</sup> Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Roraima. E-mail: simon-jp@hotmail.com

trabalho da comunidade jornalística especializada na cobertura ecológica. Nosso propósito aqui não é produzir perfis, mas privilegiar a angulação discursiva dos profissionais acadêmicos e de mercado supracitados. Esta servirá de base para a crítica da reportagem **O mapa da destruição** de Pieter Zalis (editor), Jonne Roriz (repórter fotográfico) e Fernanda Allegretti (repórter) publicada na edição da **Revista Veja** de 2 de dezembro de 2015, divulgada após a circulação da Revista do VI CBJA.

Além de particulares e, muitas vezes, comuns entre si, as opiniões dos palestrantes congressistas não fecham o repertório e o repositório da crítica do Jornalismo Ambiental, sempre em aberto passível de mudanças provocadas por novas configurações problemáticas das pautas e dos fatos de destruição, preservação, saídas antecipadas de crises ecológicas como também apelos sustentáveis.

Os pensadores referenciados serão considerados jornalistas intelectuais, assim caracterizados: “[...] indivíduos que dividem a vida entre a prática nas redações e outras atividades intelectuais, como a produção de obras artísticas e literárias, o pensar crítico sobre o mundo e o engajamento em questões políticas e sociais.” (PEREIRA, 2011, p. 17). Mesmo que alguns congressistas cujos textos foram contemplados na revista do VI CBJA sejam professores universitários e pesquisadores, eles não pretendem construir modelos teóricos, e sim contribuir com pensamentos a respeito do Jornalismo Ambiental. Nossa preocupação não é angular a crítica sistêmica e permanente dos autores em outros meios como redes sociais, periódicos científicos e jornalísticos, mas nos ater as suas ideias nessa publicação específica.

Selecionaremos em seguida, as características dessa prática especializada sinalizadas no Jornalismo impresso pelos seguintes pensadores: Dal Marcondes, jornalista e editor do Portal Envolverde; o jornalista e editor chefe da Globo News André Trigueiro; a jornalista e moderadora da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental Ana Carolina Amaral; Wilson Bueno, jornalista e professor da Universidade Metodista de São Paulo; a jornalista e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Ilza Maria Tourinho Girardi; o jornalista e criador da EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais Roberto Villar Belmonte; Sônia Araripe, jornalista e sócia proprietária da S.A Comunicação voltada a informações sustentáveis; e Vilmar Sidnei Demamam Berna, editor da Revista do Meio Ambiente e coordenador da Rede Brasileira de Informações Ambientais<sup>3</sup>.

O pluralismo de fontes é lembrado por Dal Marcondes e Wilson Bueno, este último valorizando as especializadas (cientistas e pesquisadores). O caráter interpretativo-

---

<sup>3</sup> Informações apresentadas na Revista do VI Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental (CBJA).

investigativo é expresso na defesa da checagem de informações (Dal Marcondes, Sônia Araripe), de interesses econômicos e políticos (André Trigueiro, Wilson Bueno), contextualização (Ana Carolina Amaral) e pluralidade dos aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais (Ana Carolina Amaral, Vilmar Berna).

Ana Carolina Amaral, André Trigueiro, Roberto Villar e Wilson Bueno valorizam a abordagem sistêmica dos fatos. Além dessas características, a especialidade do Jornalismo Ambiental é apontada por Ilza Girardi e Sônia Araripe destaca a faticidade na tradução dos termos ambientais.

Analisaremos a presença e a lacuna dessas características – pluralismo de fontes e proposições editorialísticas (políticas, econômicas, ambientais, etc.), cobertura contextual, sistêmica e aprofundada submetida à checagem de fatos e dados, especialidade e faticidade – na grande reportagem da **Revista Veja**. Nossa hipótese gira em torno do diálogo (ou da falta dele) entre profissionais do mercado e os professores pesquisadores dirigido à qualificação e às problematizações da área. Consultaremos outros críticos e teóricos cujas fontes bibliográficas tratem de questões presentes na produção a ser analisada, caso do Jornalismo de revista, investigativo e interpretativo, reportagem, objetividade e subjetividade.

## 2. Jornalismo interpretativo, factual e extrafactual

A reportagem, para nós, é o gênero por excelência do Jornalismo ao lidar com a investigação e interpretação de fatos e ideias de forma aprofundada, contextual e, eventualmente, sistêmica. Temos uma compreensão particular desse gênero como fruto de uma rede complexa de rotinas, processos, técnicas, categorias (informativo, opinativo, interpretativo, investigativo), estratégias, polêmicas, hierarquias, identidades, objetividade e subjetividades. O jornalista em sua rotina de reportagem faz uma série de opções dentro de um panorama de profissionais, cargos e seções que compõem uma redação. Essa dimensão seletiva imprime hierarquias de vozes, ideologias, representações sociais e culturais no texto.

Tal gênero jornalístico é resultado não somente da reunião de técnicas de cobertura, apuração e edição, mas também do processo de trabalhar os discursos de fontes, entrevistados, testemunhas, especialistas, utilizando-os como estratégias para aferir caráter factual e analítico ao contexto e seus fatos. As subjetividades são demarcadas por meio dos discursos reproduzidos sem finalidades técnicas e científicas, e atestaremos isto, a partir das assertivas dos autores Wilson Gomes (2009) e Muniz Sodré (2009) sobre os vieses factual e subjetivo



no Jornalismo. Esses propósitos são carregados de ideologias da empresa jornalística manifestas nas polêmicas e na hierarquia dos discursos.

Nosso objetivo neste artigo é avaliar se a reportagem em análise cumpre o propósito interpretativo-investigativo apontado por pensadores do Jornalismo Ambiental mediado por fontes especializadas convidadas a avaliar os fatos ou apela para a subjetividade dos entrevistados comum à cobertura de desastres naturais. A indicação da sobreposição do caráter contextual e sistêmico ou do discurso apelativo e emocional norteará a crítica das características deste tipo de Jornalismo especializado no texto da revista.

**O mapa da destruição** possui oito páginas destinadas a “medir os reais danos ambientais” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 84) em 700 quilômetros, entre as cidades de Mariana (Minas Gerais) e Linhares (Espírito Santo), atingidos pela lama de rejeitos da barragem de Fundão. Tal chamada da reportagem legitima a preocupação factual de Zalis, Roriz e Allegretti com a descrição do cenário angulado por eles, fontes testemunhas e especializadas.

A factualidade foi instituída como característica do paradigma da atualidade adotado pela produção social e cultural realista, no século XIX, forjando fidelidade à apreensão da realidade (CONNERLY, 2011, p. 14). Na segunda metade do século XX, o neorrealismo assume esse artifício de ser fiel aos fatos. Desde então, o Jornalismo vai se adequar entre esse princípio e o propósito de plausibilidade. Investigaremos as proposições factuais adotadas no texto jornalístico aqui analisado.

O depoimento de diretor do Instituto Estação Biologia Marinha, apresentado em forma de legenda na segunda página da reportagem da **Veja** (Figura 1), aponta que não há aves de rapina na região atingida e os insetos são raros: “Num local assim, em decomposição, esses animais deveriam ser abundantes.” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 85). O discurso citado prioriza as consequências da tragédia na fauna às margens e nos leitos do Rio Doce.

Os jornalistas começam o texto propondo registrar a “cartografia do desastre” com o “apuro científico” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 86) a cargo do biólogo diretor cujo depoimento foi registrado na página anterior. No entanto, eles assumem em seguida que este rigor é “momentaneamente estancado pela incontornável emoção” diante dos impactos na cidade de Bento Rodrigues (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 86). O especialista e testemunha expressa uma reação mais pessoal: “É de surpreender que o príncipe da criação, o ser humano, seja capaz de transformar cenários de vida em cenários de morte e desolação.” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 86). Deste modo, Pieter Zalis, Jonne Roriz e



Fernanda Allegretti logo legitimam o apelo mais emocional e menos factual da tragédia ambiental, típico de uma cobertura de fatos recentes.

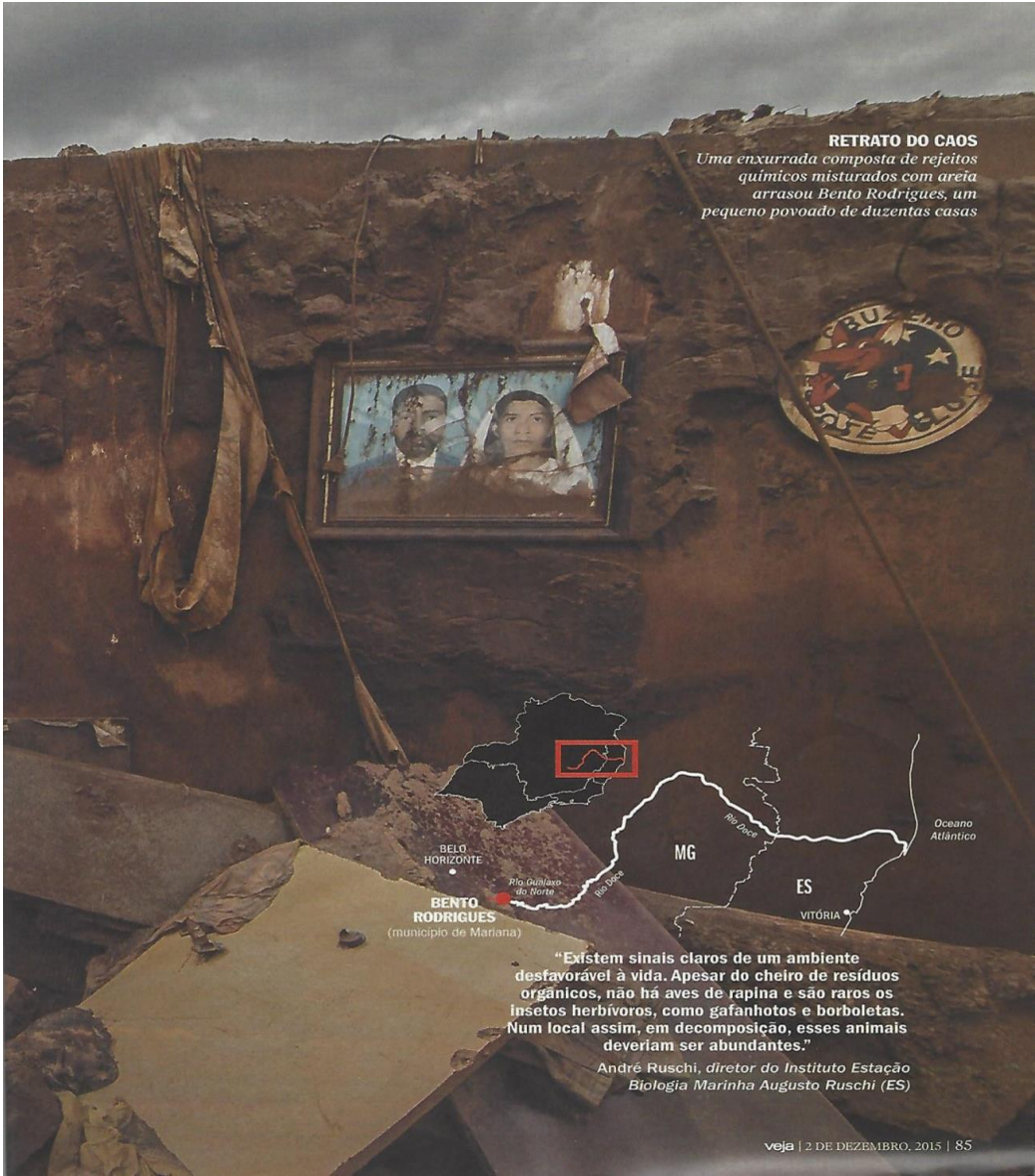


Figura 1: Casa destruída pela lama de rejeitos da barragem da empresa Samarco

Fonte: RORIZ, 2015, p. 85

Wilson Gomes (2009, p. 16) ao discutir uma teoria do fato jornalístico aponta o descrédito da ideia do dado definitivo e independente da subjetividade que o angula; ao contrário, pela descrição factual podem transitar opiniões, desejos, súplicas (GOMES, 2009, p. 32). Trata-se, segundo Muniz Sodré (2009, p. 59), das avaliações extrafactuais, as quais acreditamos, não se limitam a análises jurídicas, políticas ou tecnológicas enumeradas por



este crítico brasileiro. Se a dimensão sensível no discurso informativo possibilita uma compreensão mais perceptiva do que intelectual do acontecimento (SODRÉ, 2009, p. 70), a pretensão de rigor factual ou científico numa reportagem interpretativo-investigativa pode ser precarizada, apesar de não ser totalmente anulada.

Diante das assertivas desses dois autores, podemos endossar a capacidade do apelo emocional dos entrevistados e até do próprio jornalista em interferir, mas não usurpar totalmente a objetividade jornalística. Embora o gênero reportagem não lidar com a novidade e os impactos de um fato recente como a notícia, características estimuladoras das subjetividades no “calor do acontecido”, ele pode oscilar entre o tratamento objetivo e das reações emocionais. É o caso do texto aqui analisado, deste modo é uma reportagem na qual encontramos características noticiosas.

Os jornalistas tentam corrigir a hierarquização dessas reações por parte da fonte ao apontar os problemas de soterramento de nascentes, abastecimento de água, desertificação, assoreamento da bacia do rio, morte de peixes e fim da fonte de subsistência dos pescadores. Mas não esclarecem os termos técnicos (desertificação, assoreamento) referentes às consequências geográficas, biológicas e geológicas, prejudicando o entendimento do leitor. Salvaguardam a factualidade ao apresentar dados das pessoas, casas e dos leitos atingidos.

Sobreposta à fotografia de Jonne Roriz, na qual aparecem uma área enlameada e uma igreja quase totalmente intacta apesar da força da enxurrada, a legenda com discurso do biólogo convidado ainda reflete os impactos na fauna e na flora (Figura 2). Este contraste de imagem, em que não é possível ver a situação de espécies animais e vegetais, apenas da igreja, e texto referência dos impactos supracitados “dessacraliza” o ecossistema do entorno do rio após a destruição, para garantir pelo menos nas legendas, a constatação dos jornalistas a respeito da tentativa frustrada da riqueza de resíduos orgânicos em conservar a vida de minhocas, lagartixas e insetos. Atribui oscilação entre o apelo emotivo direcionado às “coisas” inanimadas (igreja, lama) e a opinião técnica do especialista, apesar da manutenção das lacunas no rigor científico, neste caso, sobre o papel desses resíduos.





Figura 2: Igreja intacta apesar dos impactos da lama de rejeitos

Fonte: RORIZ, 2015, p. 87.

Testemunha do cenário de morte da fauna local, descrito por meio de sinais que ampliam a ordem dos impactos ambientais, o biólogo reforça, no texto da reportagem, a dessacralização do Rio Doce: antes da tragédia, devido à poluição humana, “[...] já precisava ser recuperado. Agora o dever é ressuscitá-lo.” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 88). O uso de termos apropriados do discurso religioso associado a milagres hierarquiza a angulação emotiva em detrimento da especializada acerca do contexto prejudicado. Mas o depoimento registrado sobre a foto do rio enlameado e de uma canoa vazia na margem acima desse trecho da reportagem não valoriza a faticidade da informação científica ao manter a lacuna jornalística a respeito dos termos técnicos como segurança alimentar e mata ciliar (Figura 3). A imagem fotográfica tenta sugerir os impactos na mesa das famílias da região e, assim, reforça o apelo às emoções do leitor mesmo também tendo valor factual. O texto carece de caráter interpretativo capaz de esclarecer o mínimo vital garantido pelo rio e pela mata para a subsistência das comunidades, além das consequências no ecossistema ciliar.

A precisão científica na legenda sobreposta na fotografia de uma mulher enchendo garrafas de refrigerante tenta recuperar a proposta interpretativa: “Foram contabilizados pelo menos 7000 peixes mortos próximo à cidade. A finura da lama, que chega a 3 milésimos de milímetro, fez com que ela penetrasse com muito mais facilidade nas brânquias dos peixes, aumentando a incidência de morte por asfixia.” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 89). O discurso dimensiona a relação entre a consequência no leito (camada de lama) e na fauna ribeirinha. No entanto, diante do depoimento de médico veterinário em relação aos impactos nos animais em extinção (a toninha e o boto-cinza) no encontro do Rio Doce com o mar, onde ficam a Reserva Biológica de Comboios e o Banco dos Abrolhos, Pieter Zalis e Fernanda Allegretti evitam a precisão do caso da baleia jubarte que, segundo eles, “[...] felizmente, **não deve** ser afetada” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 89, grifos nossos). Faltou o critério científico capaz de atestar esta informação atribuída pelos jornalistas provavelmente partindo da angulação do médico.

Ao combinar com o discurso do médico veterinário na lacuna de dados biológicos e ecológicos (no discurso do especialista não há a justificativa para a “biodiversidade riquíssima” das reservas marinhas), e sem reproduzir a opinião do veterinário sobre este





contexto, evita o confronto de evidências típico do Jornalismo interpretativo devido, provavelmente, à pressão editorial em relação ao espaço da reportagem no periódico.



**WILLIAM MÁXIMO  
ANTUNES DA SILVA,  
38 anos, operário  
e pescador**

Era tempo de William estar à procura de tucunarés e outros peixes no Rio Doce. No período de seca, entre janeiro e setembro, ele trabalha na construção de gabiões, estruturas de aço usadas para transporte de adubo, estrume e terra — a principal atividade econômica da cidade de Tumiritinga (MG). Como no período de chuva a produção local para, William sempre pescou a fim de conseguir um complemento de renda de até dois salários nos últimos três meses do ano. “Sem os peixes, terei de repensar as finanças da minha família. Como sempre fiz pesca informal, sei que não serei indenizado pelo desastre”, lamenta.

reza. Não se avista pelo caminho a movimentação de peixes nem de anfíbios. Aves comuns à região, como as garças, só são vistas esporadicamente em áreas que deveriam estar servindo de celeiro para ninhos durante a época de procriação. Os crustáceos também desapareceram, e a enorme quantidade de conchas encontradas ao longo do caminho revela que os pequenos moluscos também foram mortos pela tragédia. “Antes, devido à poluição humana, o Rio Doce já precisava ser recuperado. Agora, o dever é ressuscitá-lo”, diz Ruschi.

Se, antes de 5 de novembro, a ferrovia que ligava Minas Gerais ao Porto de Tubarão, no Espírito Santo, era dominada pela presença do carregamento de minério que saía das jazidas mineiras para chegar ao mar, alguns vagões hoje passam por lá transportando caixas-d'água para abastecer as cidades em situação de grave crise hídrica. Ne-

Figura 3: Rio Doce contaminado pela lama de rejeitos minerais

Fonte: RORIZ, 2015, p. 88.

Margarethe Born Steinberger (2005, p. 89) aponta que a lacuna jornalística é resultado de um processo seletivo, refletindo as decisões do jornalista. As decisões dos editores também devem ser lembradas. As pressões editorialísticas não podem satisfazer as necessidades isoladas, e claro distintas, desses dois atores das redações. Essa relação precisa ser posta mais num campo de negociação do que de hierarquização dos poderes de veto e angulação da série de depoimentos coletados junto às diversas fontes.

Por que o confronto de evidências é preterido no caso da biodiversidade na área do encontro do rio com o mar, e sinalizado, mas não completamente resolvido quando os jornalistas contrapõem a necessidade de um relatório independente de impactos ambientais e o arranjo do laudo encomendado pela Samarco, empresa responsável pela barragem de Fundão, negando os riscos da lama de rejeitos à saúde humana, ao meio ambiente e à contaminação das águas? Não se deve esquecer que o peso de “[...] fatores sem nenhuma relação com o acidente, possam, num determinado momento, alterar os resultados das análises.” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 90). Também carece da enumeração de alguns desses fatores com a finalidade de ilustrar o apelo de um laudo alternativo. Mesmo que indique a existência das causas extrínsecas ao rompimento da barragem, a reportagem continua se isentando da precisão interpretativa, porém mudam os motivos da lacuna jornalística: da faticidade ao rigor do discurso especializado.

A ressonância de fatores extraespaciais e extratemporais não poderia ser identificada no novo relatório já que este ainda dependeria da mobilização de um grupo de ambientalistas em início de um *crowdfunding* na internet, ou seja, de arrecadação de dinheiro. A espera pela informação esbarra então no *deadline* do periódico e na naturalização do tempo de produção do relatório, estratégia de mediação jornalística ao tratar de informações de outras instituições, nos termos de Adriano Duarte Rodrigues (2002, p. 225), para quem o discurso midiático naturaliza as pretensões legítimas construídas historicamente pelos corpos institucionais autorizados, como a equipe técnica de biólogos avaliadores de riscos ambientais, a partir dessa estratégia discursiva, o Jornalismo não interfere no tempo regular das atividades das distintas instituições. A descrição da rica biodiversidade marinha também



dependeria de maior espaço da grande reportagem na revista. Assim, as opções editorialísticas privilegiam além do apelo afetivo das fotografias e dos discursos das fontes, o fechamento da edição do periódico.

Ora a precisão submerge devido à emergência do afetivo diante do recente desastre ambiental, ora é ensaiada na angulação do biólogo testemunha. Seus efeitos também dependem da predisposição interpretativa por parte do leitor. Em outra legenda discurso, ele precisa confrontar as informações dos enunciados para enumerar conclusões a respeito dos desafios dos biólogos do projeto ecológico:

A mancha no mar avançou 250 quilômetros quadrados por dia. Um dos prováveis efeitos disso será verificado na desova de tartarugas. A Praia de Regência é o principal ponto de desova de tartarugas-gigantes na área continental brasileira. O Projeto Tamar já lançou filhotes em áreas mais distantes (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 90).

Segundo Luiz Beltrão (1976, p. 46), o Jornalismo interpretativo oferece todos os elementos da realidade para o leitor tirar suas próprias conclusões. Da parte da produção e edição da informação, isso indica o caráter mediador do jornalista, também sinaliza que o viés interpretativo depende do receptor. Cabe a ele, ao ler a reportagem aqui analisada, constatar a distância a ser superada pelos biólogos do Projeto Tamar para salvar as tartarugas recém-nascidas, a partir do confronto do dado da área contaminada com a informação sobre o trabalho regular dos técnicos (“já lançou filhotes em áreas mais distantes”).

Mas o confronto de evidências segue precário na grande reportagem. No texto legenda abaixo da foto de bióloga observando o estado de uma tartaruga numa praia (Figura 4), há indicação de que “[...] não se sabe ao certo quais serão as consequências que o desastre ambiental trará para as tartarugas.” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 92). No entanto, o discurso citado da especialista aponta a queda no total de número de desovas, apesar de não precisar o motivo: a luminosidade da noite ou a lama da barragem. A delimitação da causa real levaria um tempo além do *deadline* da reportagem. O trecho, porém, dispensa o confronto das duas evidências possíveis para a diminuição de nascimentos dos animais, pelo menos indicando a causa de maior plausibilidade ou especulando a consequência da soma dos dois fatores.

Esse último caso de precarização dos propósitos jornalísticos interpretativo-investigativos no texto da revista consolida a crítica da tentativa frustrada do apuro científico a partir da “cartografia do desastre” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 86) e do “mapa de devastação” (ZALIS; RORIZ; ALLEGRETTI, 2015, p. 92) da região afetada pela





correnteza dos rejeitos da barragem. Assim, as lacunas na objetividade atestam a carência de argumentos por parte dos jornalistas, do editor e das fontes.



Figura 4: Bióloga tenta salvar tartaruga dos impactos da lama de rejeitos

Fonte: RORIZ, 2015, p. 92.

Os mapas editados sobre as fotografias e próximos de declarações do biólogo convidado e das fontes testemunhas, com registro do trecho da tragédia referenciado (distritos), oferecem sentido de lugar, mas não são capazes de atribuir caráter de contextualização à reportagem, uma das características do processo interpretativo e investigativo. Este depende dos trechos dos depoimentos do especialista selecionados e reproduzidos nos textos-legendas acerca de análise ambiental, política, econômica e social.

Luiz Beltrão (1976, p. 42-46) aponta que o Jornalismo interpretativo opera à base da investigação e da informação da atualidade; ao interpretar, busca a ligação entre os fatos e explica sua ocorrência; ao investigar, enumera suas causas e origens. Todavia a interpretação vira opinião se o jornalista tomar posição diante dos dados, contextos, situações. O paradoxo construído baseado nesses propósitos é de que a categoria interpretativa se propõe a aprofundar os ligamentos entre os elementos da realidade, no entanto, forja fazê-lo ao burlar o tratamento dos fatos recentes de forma não superficial mesmo o quadro de suas características não tendo forma definida quicá definitiva.

Ao concluir a matéria reproduzindo o dado de 80% da arrecadação do município de Mariana depender das atividades mineradoras, o depoimento do prefeito da cidade em relação ao fato dela “fechar as portas” sem estas atividades e a assertiva atribuída a Leonardo da Vinci, na qual o artista e cientista italiano sugere que a natureza produz efeitos breves no tempo quando eles devem acontecer, os jornalistas personificam o ecossistema como um “ser humano paciente” e a tragédia capaz de “fechar” o município ao progresso econômico obstinado pelos cofres públicos.

A reportagem da **revista Veja** ao contrário do rigor pretendido não submete a opinião das fontes ao confronto com outras opiniões, dados científicos e factuais. O apelo emocional do “calor” dos fatos cumpre forçadamente o papel de tentar preencher as lacunas das informações reunidas para pôr em ordem os propósitos interpretativos.

Segundo Sergio Vilas Boas (1996, p. 21), a reportagem de revista segue além da angulação, envolvendo os desdobramentos do fato, um ponto de vista que admite a interpretação. Ao tentar repassar o compromisso interpretativo para as fontes especializadas, mas angulando em algumas passagens do texto a mediação emocional, Pieter Zalis e Fernanda Allegretti descumprem em geral, o pretensioso rigor científico dependente, na verdade, da posição analítica do repórter diante das pistas oferecidas por essas fontes referentes às evidências biológicas, sociológicas, ecológicas, científicas do rompimento da barragem. Ao perder o rigor do ponto de vista de outrem, da testemunha e do avaliador do quadro da



devastação, também subestima sua própria angulação factual. De fato, subverte os fins interpretativo-investigativos esperados em favor da desolação do humano diante da destruição, em detrimento da objetividade do cientista mediante a percepção das provas.

Não queremos aqui endossar o exclusivo tratamento contextual e factual em prejuízo do extrafactual, nem almejamos legitimar o rigor das fontes científicas na cobertura de meio ambiente até porque concordamos com Wilson Bueno quando defende um Jornalismo Ambiental além das proposições do Jornalismo Científico tradicional atrelado apenas ao conhecimento de laboratório sem contextualizar as repercussões sociais das descobertas e das análises (BUENO, 2008, p. 166-167). Nossa preocupação é demonstrar a intenção em **O mapa da destruição** de forjar algo não cumprido a contento. O biólogo é uma fonte importante nesse tipo de reportagem, mas o jornalista deve atentar às lacunas informativas de olho na interpretação por parte de seu público para a proposta não virar uma mera cobertura de tragédia, sem oferecer luzes sobre as causas a impedir uma nova edição do acontecimento devido à sua dimensão social e natural. Precisamos cobrar das autoridades públicas as locações e os padrões ecologicamente responsáveis de barragens de rejeitos minerais e químicos.

### 3. Considerações finais

Após a análise do paradoxo entre o rigor interpretativo-investigativo pretendido e a subjetividade carregada de emoções das fontes no texto da revista, passaremos a confrontar o pensamento do Jornalismo Ambiental expresso por jornalistas, professores e pesquisadores de universidades com as representações discursivas da tragédia de Mariana.

A grande reportagem de **Veja** carece de uma cobertura contextual que valorize não só as consequências, mas também as causas dos fatos e de angulação sistêmica capaz de comparar as perdas entre as cidades e os distritos; não aprofunda dados relacionados, por exemplo, ao mínimo vital oferecido pelo ecossistema do Rio Doce necessário à subsistência das comunidades atingidas. Tudo isto confere ao texto uma tradição precária comum à reportagem de desastres naturais: hierarquização dos discursos com apelo emocional em detrimento do aprofundamento dos fatos e das análises, não cumprido a contento pelo periódico. Wilson Bueno (2008, p. 170) chama esse tipo de angulação de “cobertura paralisante” isolada das causas e da denúncia dos interesses promotores da destruição ecológica. Nos modos de dizer de Wilson Gomes e Muniz Sodré, o factual é atravessado pelo





emotivo, emergindo a percepção extrafactual das fontes. A angulação dos fatos oscila entre a objetividade e a subjetividade, a contextualização lacunar e a emotividade.

O Jornalismo Ambiental não deve ser exclusivamente científico, sem confundi-lo com o Jornalismo interpretativo-investigativo (a reportagem científica como todo texto jornalístico necessariamente não é contextual), capaz de aparar lacunas no confronto de causas e consequências, fatos, contextos e dados, e nem meramente factual, extrafactual e catastrófico. Cabe o bom senso de buscar o equilíbrio na equação da soma dessas especialidades ambiental e científica, e das categorias interpretativa e investigativa, respeitando a informação anunciada. A reportagem em questão apesar da pluralidade de fontes testemunhas e especializadas, não aproveita os depoimentos de biólogos e outros profissionais a fim de garantir o rigor prometido. Ela poderia ser interpretativa, factual e extrafactual sem ser rigorosamente científica ao não confundir a especialização da fonte com o papel mediador do repórter diante do confronto supracitado.

Além disso, o texto da revista termina por hierarquizar os aspectos econômicos em prejuízo dos ambientais. O leitor, à altura do final da reportagem, já esquece os impactos do rompimento da barragem de rejeitos na mesa e na economia doméstica dos moradores, e ainda na vida vegetal e animal no entorno do rio, prejudicando a faticidade necessária em relação ao aspecto pedagógico da cobertura de uma tragédia natural: ela afeta o ecossistema, os seres não humanos e, por conseguinte, as comunidades envolvidas, por isso deve ser evitada. Esse aspecto é análogo à função pedagógica no Jornalismo Ambiental apontada por Wilson Bueno (2008, p. 165) capaz de apresentar soluções aos problemas ambientais. Falta à narrativa jornalística aqui analisada enumerar os procedimentos de locação de uma barragem de rejeitos minerais e para evitar seu rompimento. Admite a contradição entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, nos termos de Bueno (2008, p. 169), avessa aos propósitos do Jornalismo Ambiental.

Dáí, considerarmos o descompasso entre a matéria da **revista Veja** e os propósitos enumerados pelos pensadores do Jornalismo Ambiental. Cabe ao presente artigo colaborar com a importância do diálogo de profissionais de mercado e pesquisadores da Academia a educar para a prioridade dada à relação e profundidade das causas e dos desdobramentos dos fatos e não meramente aos efeitos emocionais e aos impactos econômicos do desastre ecológico. A racionalidade ambiental deve sempre estar aberta a novos paradigmas em torno dos quais estejam reunidos todos os jornalistas independentemente do lugar a partir do qual eles falam, seja das redações, seja dos centros de ensino e pesquisa. Iniciativas como a Rede



Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) e o Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental (CBJA) com apoio dos meios, de assessorias e agências de notícias podem estreitar e fortalecer ainda mais esses contatos.

## Referências

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.  
BOAS, Sergio Vilas. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

BUENO, Wilson da Costa. As síndromes do Jornalismo Ambiental Brasileiro. In: MELO, José Marques de (Org.). *Mídia, Ecologia e Sociedade*. São Paulo: INTERCOM, 2008. p. 161-172.

CONNERY, Thomas B. *Journalism and Realism: rendering American Life*. Evanston: Northwestern University Press, 2011.

ENVOLVERDE. *Revista do VI Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental*. Out., 2015.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de Teoria do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MELO, José Marques. *História do pensamento comunicacional*. São Paulo: Paulus, 2003.

PEREIRA, Fábio. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Jornalistas-intelectuais no Brasil*. São Paulo: Summus, 2011. p. 17-19.

RODRIGUES, Adriano Duarte. “Delimitação, natureza e funções do discurso jornalístico”. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Orgs.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. p. 217-233.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia: Jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

ZALIS, Pieter; RORIZ, Jonne; ALLEGRETTI, Fernanda. O mapa da destruição. *Revista Veja*. Ed. 2454, ano 48, n. 48, 2 dez. 2015. p. 84-92.